



QUESTIONÁRIO DE INSPEÇÃO

Comarca	Fórum de Bragança
Unidade inspecionada	Juizado Especial Adjunto Cível e Criminal
Competência da unidade Telefone do Juizado: (91) 989389168	Criminal e Cível
Data de inspeção/edital	13 a 16 de março de 2023 Edital n. 01/2023-CGJ, publicado no DJE de 09/02/2023
Responsável pelo preenchimento do questionário na unidade	O relatório foi encaminhado preenchido pela Secretaria da Unidade, e verificado pela Corregedoria na Unidade durante a inspeção

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

RAFAELA DE JESUS MENDES MORAIS, que responde pelo Juizado desde 06/01/2023

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:

a.	Férias: não tirou
b.	Folgas compensatórias: 17, 23 e 24 de fevereiro/2023 (Portaria nº 679/2023 - GP)
c.	Licenças: não teve

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Não entra no rodízio de plantão, por ser Juizado Adjunto

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Não há resposta pendente.

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A Magistrada reuniu com os servidores em 03 de março de 2023 para proceder orientações acerca do Juizado, porém não foi confeccionado plano de trabalho.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

A Unidade informou que os quadro que seguem abaixo

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	Não há
Exclusivamente comissionados(as)	Não há
Cedidos(as)/Requisitados(as)	Não há
Estagiários/as	Não há
Terceirizados/as	Não há

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	Não há
Exclusivamente comissionados(as)	Não há
Cedidos(as)/Requisitados(as)	Não há
Estagiários(as)	Não há
Terceirizados(as)	Não há

OBSERVAÇÃO CGJ: O Juizado é Adjunto, e os servidores que trabalham no Juizado, são lotados em outras Unidades. Seguem os nomes dos servidores que trabalham no Juizado Adjunto:

Ivon Carlos da Cunha Amorim – Lotado no gabinete da 1ª Vara, Analista, e está na função de Auxiliar do Juizado, matrícula PA 49417

Júlio César Oliveira Lima Filho – Lotado no gabinete da Vara Criminal, em substituição até 13/03/2023, à servidora Cibele Guimarães Pessoa, matrícula PA 205966, que está de licença médica para acompanhamento de pessoa da família, auxiliando a Magistrada no Gabinete.

Lucinaldo da Silva Ferreira – Lotado na secretaria da 1ª Vara Cível, como auxiliar no Juizado, Matrícula PA 146978

Paulo Roberto Ramos Moreira – Lotado na Vara Criminal, como auxiliar no Juizado, Matrícula 170453

Paula Gisele Moraes Coldovino – Auxiliar Judiciário, Lotada na 1ª Vara, Secretária do Juizado Adjunto, Matrícula PA 101282



Não há estagiário no Juizado.

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (*Portaria n° 2897/2019, de 17/06/2019*). **Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade?** (*anexar planilha dos últimos 03 meses*)

Não há.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (*anexar planilha dos últimos 03 meses*)

O servidor em regime de duas horas extras diárias tem sua função específica.

Observação CGJ: Observou-se que não há controle de produtividade.

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

O servidor em regime de duas horas extras diárias tem sua função específica

Observação CGJ: Não estabeleceram plano de ação, nem acompanhamento de produtividade. Foi reportado pela Magistrada que por ser um Juizado Adjunto, muitas vezes é difícil que os servidores tenham interesse em trabalhar e permanecer trabalhando no Juizado.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Não houve.

Observação CGJ: Observou-se que o Juizado está funcionando em um espaço mais adequado do que havia em 2022. A estrutura do Juizado: (sala de espera, sala para a secretaria cível, sala para a secretaria criminal, sala de audiência, secretaria cível)

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

***Data de coleta de dados pela Unidade:** 08/03/2023.

(dados da inspeção coletados em 16/03/2023)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Acervo ativo total	1.932	1.955
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	1968	1.984
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	27	29
Total do acervo com prioridade	483	489
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	324	839
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	528	564
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	358	342
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	483	171

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	447
Total de processos julgados	194
Total de processos baixados definitivamente do acervo	53

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	96
Despachos	151
Sentenças com resolução de mérito	170
Sentenças sem resolução de mérito	Sistema não disponibiliza
Audiências realizadas	134



4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

Não há essa prática.

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade? Anexar.

A magistrada, o servidor que atua em gabinete e a diretora de secretaria. O acompanhamento ocorre pelo painel de gestão judiciária, e a unidade realiza esforços concentrados para atender os indicadores com mais déficit no Ie-Jud.

Não há plano de ação na Unidade

(Print inserido pela Corregedoria quando da realização da Inspeção)



6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o Fluxo processual assinala as etapas que são operacionalizadas:

- a. (x) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. (x) Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. (x) Movimentação processual;
- d. (x) Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

e. (x) Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe:

f. (x) Controle dos prazos e imediata certificação.

Observação da CGJ: Foi registrado durante a correição que a atermação é feita por um servidor da Unidade.

6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular nº 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE. (Ofício circular nº 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR nº 0002009-73.2.00.0814). A Unidade informou os procedimentos abaixo:

TCO 0013626-68.2018.8.14.0009 sim

TCO 0039035-51.2015.8.14.0009 não

TCO 0008097-10.2014.8.14.0009 não

6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução nº 483/CNJ-2022. (Resolução nº 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Está sendo adotada a prática de destinação dos bens apreendidos. Contudo ainda não há bens cadastrados no SNBA, pois os servidores ainda estão solicitando cadastro no referido sistema.

Observação da CGJ: Precisa cadastrar no SNGB os bens apreendidos seguindo orientação do CNJ. Verificou-se que embora conste do relatório anterior a necessidade de cadastramento dos bens no sistema do CNJ, a Unidade não procedeu ao cadastramento.



(foto do armário em que estão guardados os bens)

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados de quaisquer naturezas de comunicação?

Verificada a cada análise dos autos.

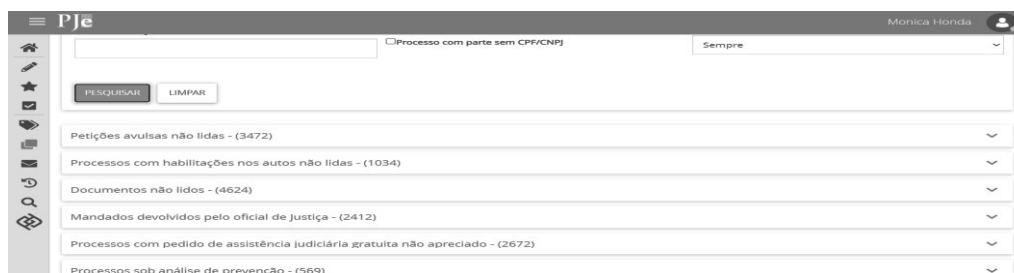
Observação da CGJ: Há processos aguardando análise de tarefas

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

119 notificações, tendo a última datada de 20/02/2023

Observação CGJ: Durante a correição, foi verificado que na pasta agrupadores havia mais de três mil quatrocentos e setenta e duas petições avulsas não lidas. Foi orientada a Secretária do Juizado, a proceder a retirada dos agrupadores de todas as petições lidas.

(Print feito durante a inspeção)





6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Prejudicado. Não tem mandados de prisão civil

Observação CGJ: Havia no monitoramento de depuração do BNMP (depurômetro) dois mandados cadastrados que têm que ser verificados pela Unidade no Banco Nacional de Mandados de prisão 2.0.

(Print feito durante a inspeção)



6.7. A remessa de processo no PJE está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.

Durante a Correição, a equipe verificou por amostragem que a remessa de processo à Turma Recursal, é motivado corretamente 'grau de recurso'.

6.8. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

5 procedimentos- TCO. Durante a correição foi verificado que a Unidade deu andamento aos processos migrados.

6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

A Unidade informou que foi uma média de *89 processos baixados.*

6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

164 processos com prioridade parados há mais de 100 dias

Observação da CGJ: O total dos paralisados há mais de cem dias da Unidade, incluindo aqueles com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

prioridade, totalizam 41,74%, com um acervo de 813 processos à época da inspeção.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

BRAGANÇA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BRAGANÇA

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	
00001264720128140009	2012	181	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circu
00001707620108140009	2010	217	JULGADO	LIBRA	278	Termo Circu
00001806820128140009	2012	208	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circu
00002439620138140009	2013	311	EM ANDAMENTO	PJE1G	156	Cumprimen
00002719320158140009	2015	181	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circu
00003200520108140009	2010	216	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circu
00003341620188140009	2018	206	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circu
00003342620128140009	2012	181	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circu
00003457420208140009	2020	127	JULGADO	PJE1G	278	Termo Circu
00003811920208140009	2020	110	EM ANDAMENTO	PJE1G	278	Termo Circu
00003820420208140009	2020	109	JULGADO	PJE1G	278	Termo Circu
00004063220208140009	2020	139	EM ANDAMENTO	PJE1G	278	Termo Circu
00004159120208140009	00003820420208140009		EM ANDAMENTO	PJE1G	278	Termo Circu
00004919120158140009	2015	210	JULGADO	PJE1G	156	Cumprimen
00005692120108140009	2010	216	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circu
00005777820108140009	2010	216	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circu
00006500420108140009	2010	216	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circu
00007293720208140009	2020	115	EM ANDAMENTO	PJE1G	278	Termo Circu
00007484320208140009	2020	225	EM ANDAMENTO	PJE1G	278	Termo Circu

PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias

41,74% Paralisados +100 dias

813 Acervo Paralisado

1.948 Acervo Ativo

Em Gabinete (S: sim; N: não) Todos

Gratuidade (S: sim; N: não) Todos

Sigilo (S: sim; N: não) Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não) Todos

Prioridade (S: sim; N: não) Todos

Número do processo Todos

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

SIM

7.2. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

SIM. PROCESSO: 0802703-08.2022.8.14.0009

CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: Nome: SANDOVAL RIBEIRO RODRIGUES

Endereço: Rua Euclides da Cunha, 56, Castanheira, BELÉM - PA - CEP: 66645-130

RÉU: Nome: ESTEVAM JOSE GOMES MELO

Endereço: Travessa João XXIII, 372, Centro, BRAGANÇA - PA - CEP: 68600-000

FINALIDADE:

Para ter acesso aos documentos do processo, basta acessar o link abaixo e informar a chave de acesso.

Link: <http://pje-consultas.tjpa.jus.br/pje-1g-consultas/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?>



CHAVES DE ACESSO:

Documentos associados ao processo

7.3. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da secretaria.

Sempre que detectado ou escoado o prazo é realizada a cobrança. No momento da correição não havia mandado pendente.

7.4. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Três meses antes em média. A Secretária da Unidade informou que estão tentando se organizar para expedir os mandados com essa antecedência.

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

Não há.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Sim. 0802338-51.2022.8.14.0009 – carência de servidor para cumprimento.

Observação da Corregedoria: A audiência de instrução designada para o dia 01/03/2023 não foi realizada e não consta registro de redesignação.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.



Todas as audiências realizadas no Juizado Especial da Comarca de Bragança ocorreram no sistema híbrido, as testemunhas presencialmente, Ministério Público (a requerimento) videoconferência e os advogados e partes optam pela participação através do sistema Microsoft Teams ou presencialmente.

8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

108 audiências marcadas de 01/04/2023 a 30/04/2023

Observação da Corregedoria: Durante a correição foi verificado que há 286 já designadas, com data de 20.09.2023

8.3. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

187 processos com prioridade conclusos

8.4. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

7 processos com IRDR.

Observação da Corregedoria: Embora conste a informação acima. A Unidade verificou que não estavam mais suspensos os processos por já ter sido julgado o IRDR, de relação de consumo tendo como parte a EQUATORIAL.

8.5. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Assim que proferida a decisão, os autos são certificados e remetidos conclusos.

8.6. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado

8.7. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?



Prejudicado

8.8. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?

Prejudicado

8.9. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado

8.10. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado

8.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado

8.12. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado

8.13. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

SIM. Está sendo realizada de forma híbrida.

8.14. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que



entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

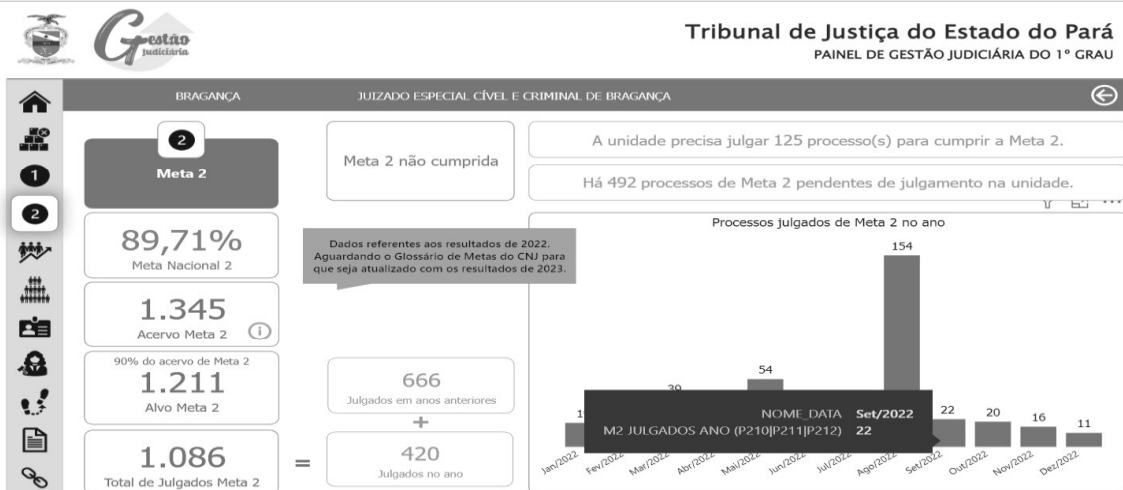
SIM. Mas a alta demanda é incompatível com a quantidade de servidores que trabalham somente duas horas extras por dia neste juizado.

8.15. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (página de abertura do Painel de Gestão Judiciária - PGJ)?

SIM.

8.16. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (Painel de Gestão Judiciária - PGJ)?

Observação CGJ: 125 processos por ocasião da inspeção, tendo 492 processos referentes a Meta 2 para alcance de 100% de grau de julgamento de processos referentes ao cumprimento da referida meta.



9. ROTINA CRIMINAL

9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. Movimentação processual;
- d. Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe: Não é feito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	pela Unidade
f.	(x) Controle dos prazos e imediata certificação;
g.	(x) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
h.	(x) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “ <i>Informações Criminais</i> ”

9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? *(Diretriz Estratégica nº 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízes criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*

Prejudicado

9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? *(Resolução nº 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria nº 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

Presencial, telefone fixo, celular da vara e pessoal, Whatsapp, balcão virtual, e-mail, Teams.

9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)*

prejudicado

9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. *(Resolução nº 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?* *(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

prejudicado



9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? *(Diretriz Estratégica nº 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)*

prejudicado

9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? *(Anexar cópia do último relatório)*

prejudicado

10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:

10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – *(Resolução nº 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).*

Prejudicado

10.2. Considerando a Resolução nº 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? *(Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)*

prejudicado

10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução nº 417/2021-



CNJ?

prejudicado

10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

prejudicado

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(iza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

prejudicado

11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução nº 112/2010-CNJ? *(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)*

É observado na inicial e a qualquer tempo. Para controle, usa-se a etiqueta para acompanhamento. Além de registro dentro dos próprios autos onde é inserido relatório de cálculo da prescrição.

Observação CGJ: É colocada a etiqueta para controle dos prazos prescricionais. Verificou-se na Unidade que há processos que prescreveram em novembro de 2022 e dezembro de 2022.

(Prescrição Novembro/2022)



(Prescrição dezembro/2022)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento nº 15/2009-CJRMB? (Provimento nº 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)

Não há.

12. EXECUÇÃO PENAL:

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando a Unidade possuir competência para execução em quaisquer dos regimes de cumprimento de pena)

Prejudicado em razão da unidade judicial não possuir nenhuma execução instaurada no SEEU em razão da pouca quantidade de servidores trabalhando apenas 2 horas diárias.

13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:

13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução nº 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto nº 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução nº 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto nº 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Prejudicado

13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

Prejudicado



13.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

108

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Prejudicado

14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI: Prejudicado

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Qual a data da última correição anual realizada na Unidade Judicial? Qual registro do processo PJeCor quando o relatório final foi encaminhado para a Corregedoria Geral?

06 A 10 de fevereiro 2023 – PJECOR 0000675-67.2023.200.0.814. A Magistrada, ainda, reportou no auto de correição, o que abaixo segue. E como recomendação fez constar no item 16.3: “16.3. Identifique as recomendações não cumpridas. 1-Os servidores ainda estão realizando o cadastro no SNBA 2-Será providenciada a destinação dos bens apreendidos nos 3 processos encontrados: “

6.3.3. Com base no relatório de bens apreendidos, foi constatado o arquivamento de inquéritos policiais, procedimentos ou processos criminais sem a devida destinação de armas e objetos apreendidos? Em caso positivo, identificar os processos.

	Número do processo	Arma ou objeto vinculado	Observação ou recomendação
1.	000809710201481400 09	Chicote de fio elétrico	Determinar ao delegado, onde o objeto se encontra que promova a destruição do mesmo.
2.	003903551201581400 09	R\$10,00	Determinar a restituição do bem ao autor.
3.	001162780201881400 09	Um capacete de cor preta ofício 1100/2018/DPB	Determinar a destruição.
4.			



14.2. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Carta Precatória expedida.

Analisar data de remessa, meio de remessa, prazo de cumprimento e cobrança de cumprimento e devolução.

	Número do processo	Juízo deprecado	Observações ou recomendações
1.	0801137-92.2020.8.14.0009	Curitiba	Data da remessa 11.11.2022, expedida via malote digital, prazo de cumprimento 60 dias, ainda não houve cobrança de devolução

14.4. Análise dos 05 (cinco) processos mais antigos em tramitação na unidade.

	Número do processo	Data do último ato	Observações ou recomendações
1.	0802617-71.2021.814.0009	12/09/2022	Conclusos pra julgamento
2.	0800256-23.2017.8.14.0009	27/07/2021	Conclusos pra julgamento
3.	0005762-52.2013.8.14.0009	29/08/2022	Conclusos despachos
4.	0065015-97.2015.8.14.0009	28/03/2022	Conclusos para decisão
5.	0001716-83.2014.8.14.0009	15/06/2022	Conclusos para decisão

15.2. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores? Quais treinamentos?

Sim, curso de conciliação, curso sobre a lei n. 9.099/95

15.2. Data da última correição realizada pela Corregedoria e número de registro no PJeCor.

14e 18 de março de 2022 – 0001287-39.2022.200.0.814 CGJ

15.3. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?



Sim. Consta da decisão cadastrada no id. 2421038. Segue parte da decisão: “A Unidade não cumpriu com as metas determinadas pelo CNJ, possuindo a Unidade ainda 177 processos julgados e não baixados, o que impacta diretamente na eficiência do judiciário estadual. Contudo, diante das informações da adoção de providências e que a unidade tem empreendidos esforços ao atendimento das recomendações feitas por esta Corregedoria de Justiça, após o encaminhamento do relatório de correição ordinária anual realizada na Unidade, bem como da proximidade da data para realização da correição anual referente ao ano de 2022, recomendo ao magistrado que continue a realizar ações para identificação e análise de todos os processos julgados e não baixados, dar andamento dos feitos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria/Gabinete, segundo lista disponível no Painel de Gestão Judiciária, utilizar o Cadastro Nacional de Bens Apreendidos do CNJ, cumprir integralmente o relatório expedido pelo Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais, dando o devido encaminhamento, bem como atingir as Metas do CNJ”.

16. CONCLUSÃO:

Em correição, foi procedida reunião com a Magistrada e servidores para que pudessem reportar como as tarefas eram executadas por todos e como funcionava a metodologia de trabalho.

Durante a reunião, foi informado pela Dra. Rafaela de Jesus Mendes Morais, Titular da Vara Criminal da Comarca de Bragança, que responde pela Unidade desde 16/01/2023, ainda não ter conseguido estabelecer um plano de ação. Entretanto, estabeleceu uma rotina de trabalho, com audiências unas, com o objetivo de prolatar sentença em audiência. Reportou que na Unidade não tem conciliador. E, as conciliações são feitas por dois servidores que trabalham no Juizado: o servidor Paulo Roberto Ramos Moreira que faz as conciliações no cível e o servidor Ivon Carlos da Cunha Amorim que realiza as conciliações no criminal.

A atermação é feita também por um servidor da Vara.

A Magistrada reportou ter orientado os servidores a marcarem as audiências após a tentativa de conciliação, e, caso não se obtenha êxito nesse sentido, designar audiências unas, de acordo com a pauta disponibilizada pelo gabinete. Todos têm acesso à pauta de audiências.

O Juizado é Adjunto e funciona no horário das 15h às 17h.

A Magistrada objetivava reunir com os Delegados para que as audiências preliminares referentes aos TCO's já sejam designadas na Delegacia, com o objetivo de garantir a celeridade processual. Durante a permanência da Corregedoria, em inspeção correcional em Bragança, foi realizada reunião com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

os Delegados de Polícia, e ajustada a designação de audiências preliminares de acordo com a pauta encaminhada pela Magistrada.

Foi solicitado pelos servidores um segurança para ficar na porta do Juizado, que funciona nas dependências do Fórum da Comarca, pois muito embora tenha um segurança na entrada do Fórum, algumas vezes as partes alteram os ânimos nas dependências do Juizado.

Os servidores relataram que o tempo de funcionamento do Juizado Adjunto é pouco para as demandas que tramitam no Juizado. Assim como, reportaram que utilizam todas as formas de atendimento (telefone, e-mail, balcão virtual, atendimento presencial).

A magistrada solicitou uma ampliação da sala de audiências (foto ao final do relatório) para que seja possível gravar as partes durante o ato, eis que esta é muito estreita, impossibilitando a gravação das partes quando a audiência é realizada pela plataforma teams.

Foi conversado com os dois (2) Oficiais de Justiça que cumprem os mandados do Juizado Especial. Assim como, foi feita reunião com os Oficiais de Justiça juntamente com o Desembargador, na ocasião reportaram sobre a demanda reprimida por causa da pandemia, cada Oficial de Justiça possuía aproximadamente 200 (duzentos) mandados, aumentando, assim, o volume de trabalho. Foi encaminhado pela Direção do Fórum de Bragança, PJECOR 0001835-30.2023.2.00.0814 solicitando mais Oficiais de Justiça para a Comarca de Bragança.

Registre-se que havia processos físicos que segundo a Secretária do Juizado Sra. Paula estavam todos digitalizados, e que precisavam ser encaminhados ao arquivo.

Registre-se que não havia pendências de custas acima de R\$ 500,00, apenas o relatório de fiscalização virtual da Coordenadoria Geral de Arrecadação já juntado no Pjecor 0000344-22.2022.2.00.0814, referente a fiscalização de 2022, já de conhecimento da Unidade.

Ao presente relatório será juntado relatório de subcontas sem movimentação há mais de três anos.

Diante das considerações apresento o presente relatório, ao Exmo. Desembargador Corregedor JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR para decisão.

17. DADOS ESTATÍSTICOS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



18. Acervo de Fotos:



Sala de audiência do Juizado



sala de espera do Juizado



**Processos que estavam ao lado
da sala de espera do Juizado para encaminhar ao arquivo**

19. Documento Anexo:

1. relatório de subcontas sem movimentação há mais de três anos.

Belém, inspeção realizada no período 13 a 16 de março de 2023

Edital n. 01/2023-CGJ, publicado no DJE de 09/02/2023

ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919 Assinado de forma digital por ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Dados: 2023.08.03 09:42:04 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário
Juíza Auxiliar da Corregedoria

MONICA CRISTINA DE AZEVEDO HONDA:57778698234 Assinado de forma digital por MONICA CRISTINA DE AZEVEDO HONDA:57778698234
Dados: 2023.08.03 09:36:07 -03'00'

Mônica Cristina de Azevedo Honda
Servidora da CGJ